

SUBALTERNAS E HEROÍNAS. MULHERES EM GUERRA NOS SÉCULOS XVIII e XIX: POR UM FEMINISMO DECOLONIAL¹

Adelia Miglievich-Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

Apresentação

Betty Lerma², feminista norte-americana, poeta e negra, chama a atenção para a hegemonia de um tipo de feminismo colonizador que ignorou, em que pesem os avanços do movimento feminista ocidental, os muitos significados de “ser mulher” e suas lutas no chamado “terceiro mundo”. Estas experiências foram, em geral, invisibilizadas até muito recentemente até que, postas em evidência, levaram à problematização e conseqüente superação da lógica binária eu-outro ou masculino-feminino, tipicamente moderna, do feminismo euro-USA-cêntrico que subestimava o pluralismo em prol de um reducionismo dicotômico. As mulheres negras em contexto colombiano, de que nos fala Lerma, não podem ser compreendidas nas categorias duais do iluminismo ocidental que opõe, dentre outros, razão à emoção, público a privado, ciência à religião numa implacável recusa da percepção do hibridismo e das ambigüidades que nos permite uma leitura menos distanciada da realidade. A imposição da consagrada racionalidade moderna como explicação unidimensional dos fenômenos humanos é o principal alvo da crítica pós-colonial que traz impactos benéficos às teorias feministas.

Judith Butler, trazida ao debate por Lerma, em sua proposição de que a separação entre sexo e gênero serviu à reificação da “natureza” (sexo) e da “cultura” (gênero), enxerga as relações de gênero bem mais imbricadas de maneira que os sentidos do sexo biológico são orientados culturalmente, inexistindo qualquer *a priori* que oponha irreversivelmente homens e mulheres. Isto nos permite dizer que qualquer oposição que se pretenda estabelecer entre o masculino e o feminino exigirá a interseção com diversas outras categorias tais quais “raça”, etnia, religiosidade, classe, saberes/conhecimento/ofícios, *status*, região/país que propiciam a negociação das identidades.

Noutros termos, o dualismo “masculino” e “feminino” pretende organizar uma realidade bem mais rica e complexa ao preço do emudecimento de sujeitos e/ou formas de “bem viver” que não se ajustam perfeitamente em tais termos dicotômicos. Se o empenho pós-estruturalista antecipa o reconhecimento da fragmentação e pulverização das identidades fixas que eram incontestas na

¹ Quero dedicar o trabalho a um certo cidadão de Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil, taxista, cujo nome me escapa, que sempre que com ele viajei, ouvi-o dizer que Benta Pereira, heroína da terra, merecia uma pesquisa. Este trabalho também homenageia as mulheres guerreiras que conheço, dignas e amáveis, aqui representadas por Ana Liési Thurler, Eliane Veras e Lia Faria. Torço ainda para que inspire minhas alunas Tatyana Léllis e Dayane Souza a duvidar da história que lhes foi contada até hoje sobre nós, mulheres. Por fim, um agradecimento especial a Leonardo Nolasco-Silva e a Fabiano Rangel determinantes para que eu escrevesse essas páginas.

² Lerma. “El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano”. *La manzana de la Discordia*, 2010, pp. 7-24.

modernidade, a crítica pós-colonial põe em destaque a “diferença colonial” e desestabiliza as certezas que serviram ao tratamento/classificação da alteridade (ou melhor, alteridades), explicitando assim a violência do “totalitarismo epistêmico”, que define “o que” ver e “como”.

Recusar qualquer descrição ontológica da mulher e desconfiar das hierarquias que tornaram a história de algumas mulheres (brancas) exemplares é condição da crítica pós-colonial, útil, também, nas análises das relações de gênero. Lerma³ alerta-nos que um exercício sério de compreensão das colombianas do Pacífico requer a atenção à ancestralidade africana e aos contatos com os indígenas que permitiram àquela população construir nexos interétnicos, simbólicos e familiares a estabelecer obrigações e alianças que constituem sua identidade. Para tal contingente populacional, o domínio dos saberes medicinais ou curandeirismo, ligados às práticas religiosas e à devoção dos ancestrais, eram delegados às mulheres, emprestando a estas um inegável *status* perante seu grupo. As mulheres negras do Pacífico colombiano curam com rezas e orações, pela palavra, à qual se soma o conhecimento das plantas. Não são as mulheres, pois, associadas à “natureza” em oposição à “cultura” já que a palavra (rezas e orações) e os saberes de manipulação da natureza são culturais. Em tais sociedades, também, desconhece-se a divisão moderna ocidental entre o público-masculino e o privado-feminino sequer na divisão do trabalho, não tão demarcada como nalgumas sociedades europeias. As mulheres negras colombianas do Pacífico desde sempre trabalharam e delas se exigia e se valorizava, assim como dos homens, a força física e a bravura. A família toda participa das principais atividades econômicas. É verdade que há especificidades na atribuição de tarefas aos sexos – é das mulheres o preparo da comida – porém, o *status* das atividades de um e outro sexo não pode ser compreendido se temos como parâmetro os sentidos importados das narrativas eurocêntricas.

As mulheres afro-colombianas não conseguiriam jamais, por exemplo, dissociar a luta por seus direitos de gênero da resistência do povo negro no continente latino-americano, do mesmo modo que a luta do povo negro passa obrigatoriamente pela conquista da terra onde vivem, trabalham, têm seus filhos e morrem. Nada mais nocivo à organização destas mulheres do que a destruição ambiental que ameaça à vida de suas comunidades.

As mulheres afro-colombianas nada têm de frágeis, física ou emocionalmente, uma vez que a elas se apresenta a reponsabilidade de garantir a continuidade das gerações seguintes. Simplesmente, não lhes é permitido ser frágeis. Este modo de vida, contrário àquele representado sob a ideologia romântica, também pode ser constatado na análise da vida de Benta Pereira, heroína brasileira que ainda não alçou esse posto dado o desconhecimento generalizado acerca de sua história. É de Benta que trata nossa pesquisa: mulher forte e valente, heroína, como são tantas mulheres ainda que subalternas – ou, sobretudo, nesta condição – em sua luta cotidiana por sua sobrevivência e de seus filhos, pela defesa de seus territórios e frutos, ainda, nalguns casos, não menos de seus ideais.

1. Mulheres brasileiras em armas

³ *Ibíd.*

Apenas porque não se rompeu com o padrão eurocêntrico-iluminista de explicação do mundo é que ainda se repete que as armas e as guerras participam somente da história dos homens e, excepcionalmente, da vida das mulheres. Contudo, a violência não é atributo masculino nem feminino e sim do gênero humano e do modo de organização de suas sociedades. Por isso, não há que provocar tanta estranheza a participação direta de mulheres em guerras, revoltas e guerrilhas, muitas vezes, pegando em armas.

Narra-nos Wolff⁴ que, na história do Brasil, com a vinda da corte portuguesa, a população local começa a receber o “verniz” ocidental, com isso, algumas interdições como a dedicação das mulheres à arte da guerra. Formavam-se as forças armadas e as mulheres eram proibidas (“poupadas”) de nestas participar. Ainda assim, a realidade nem sempre coincide com o discurso.

Mal o Exército brasileiro se formava, no início do século XIX, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, disfarçada, alistou-se como o soldado Medeiros. Dela se conta que perdera a mãe e que o pai se casara novamente com uma mulher com a qual Quitéria não se dava bem. No Exército, combateu as tropas portuguesas que resistiram no Recôncavo Baiano ao grito de independência de Dom Pedro I, prolongando-se em sucessivas lutas contra os colonizadores inconformados com a emancipação brasileira. O pai, entretanto, localizou-a e sua verdadeira identidade foi revelada. Curiosamente, o imperador brasileiro e seus conselheiros souberam trazer a questão para seu proveito próprio e, ao invés de insuflar o caráter escandaloso da questão, a mensagem passada ao povo brasileiro foi a de que se até uma mulher soubera ser patriota que homens ainda rejeitariam lutar nas mesmas guerras? Fato é que Maria Quitéria não foi expulsa do Exército. Seu protagonismo possibilitou, décadas depois, a abertura da primeira turma de mulheres na Escola de Administração do Exército em Salvador (BA), sendo Maria Quitéria nomeada *Patrono* do Quadro Complementar de Oficiais do Exército⁵.

Outra mulher lembrada por seus feitos militares no Brasil é Ana Maria de Jesus Ribeiro, que vivia em Laguna, no Estado de Santa Catarina, casada com um sapateiro de quem se separou para acompanhar Giuseppe Garibaldi, republicano italiano que se unira aos revoltosos da famosa Revolução Farroupilha (1835-1845) nos combates no sul do país e no Uruguai pela unificação da chamada “República Riograndense” contra as tropas imperiais. Aquela que ficou conhecida como Anita Garibaldi, companheira e mãe dos filhos do líder Garibaldi, foi sepultada na Itália, com as honras de herói de Guerra, assim reconhecida por Garibaldi e seus combatentes.

Fala-se ainda de Florisbela e de Jovita Alves Feitosa, na Guerra do Paraguai, a primeira, vivandeira⁶ que participou dos combates de carabina nas mãos, a segunda, assim como Maria Quitéria, tendo se alistado sob um pseudônimo masculino. A enfermeira Ana Nery, por sua vez, embora sem ser considerada integrante do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, é conhecida

⁴ Wolff. “Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras”. *Nova história das mulheres*. 2012, pp. 423-446.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Chamavam-se vivandeiros as mulheres que cozinhavam, lavavam e remendavam roupas para os soldados e cuidavam dos doentes.

nacionalmente: viúva do oficial de marinha e capitão de fragata Isidoro Antônio Nery, acompanhou seus três filhos ao campo de batalha, organizando o serviço de enfermagem nos hospitais de sangue do exército. Também os nomes de Teodora e Maria Rosa são lembrados durante a Guerra de Contestado, entre 1912 e 1916, nos estados de Santa Catarina e Paraná; ainda o nome de Chica Pelega ou Francisca Roberta, ícone do movimento de mulheres camponesas no oeste de Santa Catarina, não menos o nome da cangaceira Maria Bonita, do bando de Lampião que, ao lado deste, lutou no sertão brasileiro nordestino de 1929 a 1938 quando foi presa e morta, degolada pela polícia. A biografia das mulheres brasileiras armadas, no século XX, cresce ainda mais em visibilidade com a adesão de muitas aos movimentos de resistência às ditaduras militares instaladas no Brasil e no continente⁷.

É surpreendente, pois, que a literatura ainda omita o nome da campista Benta Pereira, que se tornou heroína por ter, à frente de seu povo, combatido e expulso da então Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás as tropas e os partidários do quarto Visconde de Asséca, donatário daquelas terras, ainda em tempos anteriores, no século XVIII pré-independente.

2. Benta Pereira

Nascida em 1675, tendo morrido em 1760, Benta Pereira era filha do Sargento-mor Domingos Pereira da Cerqueira⁸. Casou-se com Pedro Manhães Barreto, falecido em 1713, com quem teve seis filhos, três homens e três mulheres, a saber, Manoel, João, Francisco, Páscoa, Domingas e Mariana⁹.

Voltemos no tempo até os inícios da colonização portuguesa no Brasil, quando os invasores se depararam na costa atlântica, próxima ao atual Estado do Rio de Janeiro, com a imensa população goitacá contra a qual se iniciou a luta cruel por suas terras e riquezas, buscando-se escravizar os nativos que resistiriam o mais que pudessem.

Aquele que ainda viria a ser o Brasil encontrava-se naqueles tempos dividido por Dom João III, Rei de Portugal, em doze capitanias hereditárias destinadas a homens que se destacaram como bons vassalos do rei em trabalhos de guerra na expansão do domínio português em Ásia e África.

A Pero de Góis coube, desde 1536, a capitania de São Tomé, chamada depois de Paraíba do Sul, vasta região a compreender a planície dos Campos dos Goitacás (ou Goitacazes). Oitenta e cinco anos de quase abandono completo da área se passaram até que, em 1623, Gil de Góis da Silveira, descendente do primeiro Góis, travou nova guerra fracassada para dominar a população local. A brava resistência dos autóctones que já fizera declinar o empreendimento do primeiro donatário levou seu descendente à renúncia, em benefício da Coroa, da posse da região. Enquanto isso, a capitania de São Tomé ganhava fama de ser "povoada de um gentio bravo, indomável, e por isso mesmo invencível"¹⁰. Nada era bem assim,

⁷ Wolff. "Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras". *Nova história das mulheres*. 2012, pp. 429-38.

⁸ Até o momento desta publicação, não me foi possível descobrir o nome de sua mãe.

⁹ Viana. *Benta Pereira. A bravura da mulher de Campos dos Goytacazes*. 2002, p. 43.

¹⁰ Tinoco. *Benta Pereira*. 1958, p. 51.

contudo. Na verdade, acuados pelo branco e não se rendendo ao cativo, os goitacazes se afastaram da planície, após longa resistência, seguindo para as cabeceiras dos rios, buscando ali a sobrevivência.

A fama da invencibilidade dos locais ainda perdurou depois disso de modo a atrair à região os mais belicosos. Assim é que surge na história os sete famosos capitães que, em razão de serviços de guerra ao Rei de Portugal, receberam do Governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, em 1627, a posse das sesmarias entre Macaé e o Cabo de São Tomé. Eram eles: Miguel Aires Maldonado, Gonçalo Correia de Sá, Manoel Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho e Miguel Silva Riscado. Os sete capitães jamais encontraram os lendários índios antropófagos, mas apenas alguns poucos degredados, marinheiros, índios feitos escravos, tornando-se eles próprios, por volta de 1633, fazendeiros a ver prosperar suas sesmarias. Mas, depois deles, chegou o oitavo capitão, lembrado na história por seus atos de vilania, Tomé José de Barcelos Velho, acompanhado do não menos sanguinário Gaspar de Sousa Monteiro. Os primeiros capitães já não mais viviam e os dois "novos intrusos" chegaram à planície deslumbrados com a visão dos sítios. Nesta ocasião, também se relata a chegada do General Salvador Correia de Sá e Benevides que ampliava seus domínios pela usurpação, subjugando os que lhe cruzassem o caminho. O dito general consegue, ao fim da vida, a carta régia a garantir a seus filhos, Martim Correia de Sá e Benevides – o primeiro Visconde de Asséca – e João Correia de Sá, a posse da capitania inteira. Tornada vila desde 1653, a Capitania da Paraíba do Sul, antiga São Tomé, demoraria pelo menos um século para sair das mãos dos descendentes dos primeiros Assécas cuja família, Correia de Sá e Benevides, pelos maus tratos, despertaria no povo a ira a desencadear, no ano de 1748, um movimento de repulsão que tem na figura feminina de Benta Pereira sua liderança.

Havia sido montado um aparato bélico para aguardar a chegada e posse na Câmara Municipal, com a conivência de juizes, oficiais, do procurador e de amigos, do quarto Visconde de Asséca, a dar continuidade a uma terrível dinastia. Mas "a situação era profundamente melindrosa. A paciência pública estava esgotada. Qualquer gesto de imprudência, naquela altura dos acontecimentos, poderia resultar em consequências talvez irreparáveis"¹¹. A promessa de concordata entre o povo campista e as autoridades do reino foi frustrada ¹²: não houve acordo algum com o Governo em relação à demanda da população local que já havia chegado ao Rei de Portugal de recusa da perpetuidade dos Asséca como donatários da capitania. Diante disso, na manhã em que era preparada a chegada do novo senhor, 500 homens e mulheres armados, "num só bloco e por uma mesma causa, invadiram em grande alarido a Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás"¹³. A resposta das forças do reino foi imediata e uma carga de fuzilaria atirou contra a multidão ferindo diversos e matando três resistentes. A fúria então incontida alastrou-se ainda mais. A cavalaria que marchou sobre as pessoas não intimidou ninguém e, "após encarnecida luta, os escravos e agregados dos dominadores eram

¹¹ *Ibidem*, p. 73.

¹² Conta-se que, já em 1732, Francisco Manhães Barreto, filho de Benta Pereira, fora mandado a Portugal para, em nome do povo campista, expor ao Rei tudo o que ocorria. *Ibidem*, p. 149.

¹³ *Ibidem*, p. 78.

postos a correr”¹⁴. Benta Pereira e seus filhos ocuparam todos os redutos dos Assécas, o último deles, a Casa da Câmara onde “jaziam pelo assoalho, estendidos muitos mortos e feridos”¹⁵, tendo sido levados presos e algemados todos os aliados do Visconde. Ao cair da noite, a Vila estava em poder dos denodados campistas que tão bravamente haviam defendido a sua liberdade. Os mortos tiveram sepultura e os feridos foram transportados para a casa de Benta Pereira, improvisada em hospital de sangue¹⁶.

Não dormiram, porém, os vencedores sobre os louros da primeira vitória. Transformaram a Casa do Senado num forte baluarte. Na praça, onde se situava a Câmara, montaram em carros as peças de artilharia e vararam o dia e a noite atentos à reação dos partidários do donatário que não demorou a chegar. Ao fim dos combates que se sucederam, os lutadores, já sem munição, foram obrigados a abandonar a Vila. Menos alguns poucos, dentre eles, a filha mais nova de Benta Pereira, Mariana, que, recusando-se a fugir, enfrentou a cólera dos partidários do donatário que a deportaram, com alguns leais companheiros, para Benguéla, na África. As vinganças se seguiram em novas devassas e ataques às famílias campistas. Ainda assim, daquela data em diante, a dinastia Asséca estava com os dias contados, ainda que apenas em 1o. de junho de 1753, o pesadelo parecesse chegar ao fim. A capitania retornou aos domínios da Coroa Portuguesa e se encerrou o século de perversidades do domínio Asséca nas terras goitacá que, desde sempre, prendiam juízes, desrespeitavam sentenças dos tribunais, invariavelmente batendo-se contra o povo.

Benta Pereira, desde menina, testemunhava os desmandos dos Asséca e, conforme narrado, aos 55 anos de idade - 18 anos antes, portanto, do célebre 21 de maio de 1748 - já centralizava a reação popular contra seus governos calamitosos. A resistência pacífica de décadas mostrara-se vã deflagrando a luta final, quando o destemor do povo campista não seria mais esquecido e de Benta Pereira ainda se falaria muito nas várias descrições que por décadas seriam feitas da batalha:

Benta Pereira, ao aproximar-se, divide as forças em três pelotões, deixando o primeiro estacionado nas imediações da atual Praça Nilo Peçanha. Ao sinal do clarim competia a esse pelotão atacar a cadeia e soltar os presos que lhe deviam dar reforço. Ao outro pelotão, ordenou que avançasse até a Bacia, onde devia esperar o sinal do clarim para se lhe juntar em momento próprio. E quanto ao terceiro, seguiu sob seu comando, fazendo maior contorno à vila, pela rua Gil de Góes [...] mas Benta Pereira, da Rua Gil de Góes, ordena o toque de clarim e rompe o ataque. O General, surpreendido com o clarim, manda avançar acelerado nessa direção, e quando a soldadesca enfrenta ela, a quem já se juntara o segundo pelotão, dá a primeira carga de cavalaria, e manobrando retrocesso executa um segundo embate impetuoso, pondo fora de combate grande número de soldados. Diante da impetuosidade das cargas, o General faz recuar as suas forças. Recuar não é bem o termo: fugir fica melhor, e fugir deixando o solo juncado de cadáveres e moribundos, porque

¹⁴ *Ibidem*, p. 79.

¹⁵ *Ibidem*, p. 79.

¹⁶ *Ibidem*, p. 80.

efetivamente assim o foi. Mas Benta Pereira com sua gente persegue-o e aí na praça [São Salvador], fere-se de novo e mais encarniçado ainda o combate, numa confusão diabólica, em que o sangue espadanando a golpes de ferro frio e patas de cavalo, empapava o solo, por entre corpos mutilados [...]. Diante do filho ferido, Benta Pereira torna-se simplesmente Mãe! E então, como uma leoa ferida, essa mãe desvelada precipita-se sobre o filho ensanguentado e arrebatando-o das mãos dos soldados, com força hercúlea, coloca-o sobre a cruzeira do cavalo e rompe com o seu fardo precioso em disparada, deixando bestificados e atônitos os restantes soldados do General¹⁷.

É de se notar que os numerosos relatos da batalha que passam a proliferar não divergem em seu conteúdo um do outro. Aos poucos, vê-se constituir em torno de Benta Pereira uma lenda que ao enaltecê-la também presta deferência à figura da mulher campista, *destemida* e *patriota*. De Benta Pereira se conta que “desbaratou” os homens do Visconde, estando hoje os restos mortais da “filha notável” daquele solo sepultados na “fazenda do Colégio”, no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Benta Pereira, ilustre matrona que entrou para a história do Município como heroína, por haver combatido as forças portuguesas do capitão-general João de Almeida que fora repor o governo da então capitania dos Assécas. Para isso, utilizara-se ela dos seus e dos escravos caboclos das fazendas vizinhas à sua, que lhe fora possível arrebanhar e rapidamente mobilizar nas poucas horas de uma noite, conseguindo apenas armá-los de instrumentos agrários, à falta de armamento adequado. O mais surpreendente nessa mulher foi a intuição cívica que a inspirava [...] no sentimento de brasilidade [...], queria ela “um governo local constituído de gente boa da terra”, porque só essa podia governá-la bem, por conhecê-la e amá-la¹⁸.

Em 13 de fevereiro de 1901, na presença do ex-Presidente do Estado do Rio de Janeiro, realizava-se a sessão inaugural da Câmara Municipal para o triênio de 1901-1903, o então novo Presidente da Câmara, eleito pelos pares, proferiu discurso em que distinguiu a história da mulher campista:

E sobretudo o que mais me desvanece nesse ato de transcendente elevação social é a presença das exmas (excelentíssimas) senhoras que vieram dar a esta solenidade um lustre e realce que correspondem às gloriosas tradições da mulher campista. E q se acentue hoje, neste momento feliz [...] na solenidade da investidura das nossas funções locais que o heroísmo da mulher campista, representado pelos brilhantes feitos de Benta Pereira, deve fornecer-nos o lema das armas da nossa cidade: IPSAE MATRONAE HIC PRO JURE PUGNANT¹⁹.

Quando a cidade de Campos comemorou o seu primeiro centenário, em 1835, a Prefeitura mandou cunhar medalhas para assinalar a data. De um lado, o escudo e as armas da cidade; de outro, uma efígie em alto relevo, de uma mulher, com a

¹⁷ Azevedo Silva, Folha do Comércio, 3 de maio de 1919. *Ibidem*, p. 11-2.

¹⁸ Azevedo Silva, Folha do Comércio, 3 de maio de 1919. *Ibidem*, p. 151-2.

¹⁹ Ata da instalação solene da Câmara Municipal de Campos, 23 de fevereiro de 1901, folha 224. *Ibidem*, pp. 157-8. Os parênteses são meus.

inscrição *Benta Pereira de Sousa*. Daí em diante, Benta Pereira viraria nome de rua, de escola e até de cordão carnavalesco. Seria ainda inspiração de peças de teatro e musa de poemas. Seu nome lendário passava a se associar aos mais fortes sentimentos de amor à terra e à tradição de um povo. No século XX, nos anos de construção da identidade nacional, sua história lembraria a defesa do solo e de suas gentes contra a espoliação portuguesa. Foi comparada a Joana D'Arc nos versos, em altivez e bravura, desta vez, para homenagear uma "raça nova", a brasileira, destacando a ascendência dos índios goitacás²⁰.

3. O feminismo não pode ser um porque as mulheres são várias

Simone de Beauvoir falou do lugar genérico de subalternização da mulher no "conjunto da civilização", ressaltando o tempo da maternidade que confinou a mulher, nos anos decisivos de construção de sua autonomia - à esfera privada, da reprodução. Não podemos saber se a ícone do movimento feminista excluiu da "civilização" as inúmeras sociedades não ocidentais cujas histórias são bastante diferenciadas ou se pretendia generalizar o diagnóstico também para estas. É mais provável que estivesse falando da Europa e para a Europa, na verdade, uma Europa específica, tornada padrão, não necessariamente a esgotar a multiplicidade de configurações sociais existentes no continente. Não há qualquer demérito nisto, sobretudo porque o modelo liberal ocidental impactou de tal forma a organização das sociedades em dimensão planetária que gerou a ilusão ótica de ser efetivamente único. Ainda assim, importa-nos observar que o patriarcado, bravamente criticado pelo feminismo inaugurado por Beauvoir não é, em nosso marco epistemológico decolonial, fundante de todas as sociedades e culturas no planeta - ainda que venha a ser disseminado para todas as sociedades do mundo, sobretudo, com as fricções interétnicas. Mais uma vez, nosso apelo é que falemos em feminismos, no plural, atentando de modo especial para o particularismo dos fenômenos históricos.

Há que se aprofundar o descentramento da narrativa iluminista para que o reconhecimento das "múltiplas modernidades" se dê efetivamente. Não restam dúvidas de que a crítica feminista, no marco liberal, revisitou algumas categorias explicativas das democracias contemporâneas de modo a incluir na agenda a luta pelos direitos legais e políticos das mulheres, pela justeza dos arranjos político-institucionais, pelo movimento de sufrágio universal feminino, pela igualdade de gênero no mercado de trabalho. Ocorre que o modelo das democracias contemporâneas é eurocêntrico e precisamos ver também para além deste modelo. Já mencionamos que a apartação entre vida pública e vida privada não é universal, nem os sentidos de um e de outro termo. Como dizer que o "público cívico" é masculino enquanto o feminino é "privado" se a constituição histórica que criou ambas as terminologias como dicotômicas (exterioridade x intimidade) não é idêntica nas múltiplas experiências modernas?

As mulheres latino-americanas (sem falar nas africanas) nas guerras de libertação das ex-colônias, nas incontáveis rebeliões contra os maus-tratos

²⁰ "Mulher campista! Águia [...] Atalaia da Fé, Sentinela altaneira. Traz na retina um vulto - o de Benta Pereira, e no seio, o valor dos índios goitacases" ("Mulher campista", de Eloi Ornelas. *Ibidem*, p. 199).

infringidos aos seus, na defesa de seu território participavam da vida pública ou da vida privada? Quando exploradas pelo trabalho escravo ou servil estavam num ou noutro espaço social? Quando, com seus homens e filhos, organizavam as resistências podiam ser definidas como partícipes da esfera pública ou da esfera doméstica? O que explicaria que a luta pela terra é a principal bandeira das mulheres camponesas, indígenas e quilombolas? Tal luta se dá na instância da produção ou da reprodução? Como operar, neste caso, com as categorias explicativas do feminismo setentrional-ocidental?

O pensamento social brasileiro desautoriza-nos a repetir a assertiva que a família é encabeçada naturalmente por um homem. Como explicar Benta Pereira à frente de seus filhos, parentela e comunidade de mais de 500 pessoas dispostas a morrer para não deixar que o quarto Visconde de Asséca tomasse para si o domínio da planície goitacá?

Tratar Benta Pereira como uma exceção não satisfaria uma análise das relações de gênero efetivamente comprometida com o reconhecimento da hibridez das culturas humanas. Os mitos e lendas forjados em torno de sua figura - exaltando-a como heroína - não demonstraram estranheza, nenhum deles, à atitude de Benta nem a isolaram do conjunto das mulheres campistas. O que nos chama atenção, ao contrário, é o empenho em explicar a valentia de Benta como uma marca de todas as mulheres da região até os dias atuais. Algo une a experiência das mulheres negras do Pacífico colombiano²¹ e das caboclas das planícies goitacá, na terra brasileira: o território como símbolo de resistência e de vida.

A dicotomia clássica entre público e privado, conforme vimos, não explica tais mulheres nem sua gente. Também não a política apartada das paixões, da violência, das necessidades físicas. Falamos de uma história em que as definições convencionais de Estado ou de mercado não fazem o menor sentido. A constituição das coletividades dá-se em marcos que não seguem o padrão universal das instituições modernas ocidentais, supostamente neutras, que veem a si mesmas como forma superior de existência. Há algo sério também a se escapar: o sedutor, porque confortável, convite a chamar as experiências não europeias de "pré-modernas", resquícios ou excecionalidades mesmo quando são predominantes em escala global na modernidade, que contém sua outra face: a colonialidade, ainda hoje. Pensar a modernidade, sem recair nalguma fábula, é pensá-la como "histórias partilhadas", tal como ensina a socióloga indiana Randeria²². As mulheres, várias, participam ativamente desta história, alternando os papéis de subalternas e heroínas, ou hibridizando-os.

Marlise Mattos²³ reivindica, nos estudos feministas, a percepção da "transmodernidade" de Enrique Dussel como valiosa contribuição dos estudos

²¹ Lerma. "El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano". *La manzana de la Discordia*, 2010.

²² Costa. "Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2006, págs. 117-131.

²³ Mattos. "O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica". *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. 2012, pp. 47-101.

pós(des)coloniais. Chama ainda nossa atenção para as considerações de Grosfoguel acerca de um universalismo heterogêneo, histórico e contingente, que tem cor, sexo, gênero, desejo, emoções e pele. Para a autora, a tradução multicultural dos estudos sob a rubrica de gênero é delicada e tensa mas necessária se pleiteamos expandir o campo crítico-emancipatório no qual os primeiros feminismos nasceram.

Aprofundar os estudos feministas requer, pois, abraçar decisivamente a descolonização epistemológica que põe em xeque a universalidade de teorias e conceitos que foram elaborados em contextos singulares ainda que tornados, depois, hegemônicos geopoliticamente. O que se pretende, entretanto, não é a edificação de "um novo universal hegemônico, abstrato, trans-histórico", algo tão intangível quanto a ideia de uma "universalidade do colonizado"²⁴. A intenção dos estudos pós e decoloniais em sua inflexão feminista é que se leve a sério os saberes e as cosmologias que não cabem nos cânones a fim de ampliar os projetos críticos políticos, éticos, epistêmicos.

Considerações Finais

Chamo ao debate Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro de várias vocações, homem público e educador, que, no exílio vivido nas décadas de 1960 e 70, descobriu-se "cidadão latino-americano". Darcy sabia que "nosso passado, não tendo sido o alheio, nosso presente não era necessariamente o passado deles, nem nosso futuro num futuro comum"²⁵ e, por isso, torna-se um dos precursores dos estudos subalternos latino-americanos²⁶, a propor uma epistemologia diferenciada para pensar os chamados "povos novos" no processo civilizatório global.

Por sua vez, Maria Sylvia Carvalho Franco²⁷, competente em sua narrativa do quadro social, político, econômico e cultural em que provavelmente nossas mulheres guerreiras se moviam, dentre elas, Benta Pereira, destacou o que aqui nos interessa: a vida pobre e rude das populações rurais brasileiras por longos séculos que ainda impacta a formação do Brasil contemporâneo. A partir de sua análise, podemos notar que a caracterização sociológica clássica da relação comunitária como baseada no "consenso e na recíproca determinação das vontades e das inclinações das pessoas" que desta participam, em "contraposição à ideia radical de luta" não faz sentido nas situações concretas aqui expostas. Ao contrário, tensões e rupturas constituem as relações comunitárias dos povos colonizados em que as soluções pelo uso da força e as lutas armadas são seu cotidiano. Carvalho Franco dá pistas para compreender o que nesta investigação é mais caro: as mulheres não formam uma categoria alijada dos combates, ao menos não as das classes populares, a grande maioria. Acostumadas à rudeza da vida rural e às formas de competição na escassez, não lhes era estranho o conflito nem sua radicalização. Noutro sentido, a estudiosa chama atenção para o tipo de organização do trabalho chamada de "mutirão" visando à realização de benfeitorias de interesse coletivo, a exemplo de caminhos e capelas bem como em razão da

²⁴ *Ibidem*, p. 59.

²⁵ Ribeiro. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1995, p.13.

²⁶ Mignolo. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. 2003, pp. 35-6.

²⁷ Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. 1997.

urgência das tarefas postas: plantio, colheita, derrubadas, construção de casa e outros. Como diz Franco:

A pobreza da cultura reforça essa tendência: as tarefas simples e rotineiras podem ser completamente dominadas por todos os membros do grupo e o desempenho de todas elas com o mínimo de eficiência socialmente estabelecido é mesmo condição de sobrevivência²⁸.

Nada permite ainda que, ao se lançar os olhos para a ampla periferia da sociedade brasileira (escravos libertos, servidores e dependentes) se queira encontrar o padrão de organização da família burguesa convencional. Mesmo que sempre pendendo para o padrão patriarcal de organização, a família brasileira tem uma segunda estrutura, típica dos subalternos, a da larga rede de parentesco que era também uma forma de solidariedade que convivia com a tensão e a violência. Nesse *ethos*, a honra, a valentia e a família combinavam-se como valor maior da vida dos despossuídos. Não falamos aqui nem de Hobbes e de seu Leviatã nem de Rawls e de sua justiça como equidade, como se pode perceber.

Apenas um feminismo que ignore que as teorias morais são produtos culturais poderia propor uma interpretação unívoca das relações de gênero²⁹, e desconhecer que as mulheres, em plena modernidade, nas diversas partes do globo, “pegavam” e “pegam em armas” com a mesma desenvoltura dos homens para lutar, por exemplo, por sua sobrevivência, honra e terra.

Se a capacidade de um povo interpretar sua própria história, valores e interesses comuns permite-lhe tomar posse dos instrumentos simbólicos que contêm o *gêrmen* da criatividade social que direcionará seu futuro, isto requer igual empenho de descolonização do saber também no campo feminista e crítico. A ideia do “outro generalizado” (ou da “mulher generalizada”) que invisibiliza (ou mata) os inúmeros “outros concretos” impôs, por longo tempo, a superioridade de sociedades sobre outras, fundando a “diferença colonial”, invariavelmente subalternizada. Como diz Benhabib³⁰, o discurso da universalidade moralista produziu tanto de “não visto”, “não pensado”, “não ouvido” que parece ser nossa tarefa hoje “ver”, “pensar”, “ouvir” as realidades negadas, as vozes historicamente silenciadas, marginais e transversais à modernidade hegemônica. O feminismo só tem a ganhar ao se saber que a brasileira Benta Pereira não é exceção. Somos muitas.

Bibliografia

COSTA, Sérgio. “Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21, 60, 2006, pp. 117-131.

BENHABIB, Seyla. “O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista”. Seyla Benhabib & Drucilla Cornell.

²⁸ *Ibidem*, p. 33.

²⁹ Benhabib. “O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista”. Seyla Benhabib & Drucilla Cornell (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. 1987, p. 91.

³⁰ *Ibidem*.

Feminismo como crítica da modernidade. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. pp. 87-106.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Unesp, 1997.

LERMA, Betty Lozano. "El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano". *La manzana de la Discordia*, 5, 2, 2010, pp. 7-24.

MATTOS, Marlise. "O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica". Flavia Birolli e Luis Felipe Miguel. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras.* São Paulo: Horizonte, 2012, pp. 47-101.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TINOCO, Godofredo. *Benta Pereira.* Campos dos Goytacazes: s/l, 1958.

VIANA, Sandra Maria França. *Benta Pereira. A bravura da mulher de Campos dos Goytacazes.* Campos dos Goytacazes: FAFIC, 2002.

WOLFF, Cristina Scheibe. "Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras". Carla Pinsky & Joana Pedro. *Nova história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2012, pp. 423-446.